
Assuntos Profissionais

A GEOLOGIA NO PLANEAMENTO E GESTÃO AUTÁRQUICA

J. Tomás Oliveira *

Até meados da década de setenta as principais actividades relacionadas com a geologia estavam centradas na pesquisa de recursos minerais, de modo a satisfazer as necessidades da indústria. O advento da crise do petróleo, em 1973, conjugado com fortes perturbações no comércio dos minérios metálicos, e a instabilidade política em vários países tradicionais fornecedores de matérias primas minerais, veio provocar grandes dificuldades no mercado de trabalho, de que resultaram despedimentos em larga escala, em particular nas empresas petrolíferas e mineiras. No caso particular de Portugal, a situação tornou-se ainda mais grave com a perda do grande mercado de trabalho das ex-colónias, que absorvia parte significativa dos geólogos saídos das escolas.

Este estado de coisas, que parecia constituir crise irreversível no desenvolvimento das geociências, está em vias de ser ultrapassado, com largas vantagens para a ciência, os geólogos e a sociedade em geral.

O desenvolvimento industrial das últimas décadas gerou desequilíbrios sérios no meio ambiente, que acabaram por ser fonte de preocupação para as populações, face às crescentes condições atentatórias do seu bem estar. Daí resultaram fortes pressões sociais no sentido de uma maior intervenção das entidades governamentais na defesa da qualidade de vida e do equilíbrio ecológico. Por outro lado, o crescimento constante, e em muitos casos desordenado, da população requer medidas adequadas de planeamento físico e ordenamento do território.

Ora a Terra é o suporte de toda a vida, e o grande manancial de recursos que nos proporciona será tanto melhor conhecido e utilizado quanto mais profundo for o nosso saber nos diversos domínios das geociências. Esta conclusão é de tal modo óbvia que custa a acreditar não ser genericamente entendida, em particular por muitos daqueles de cujas decisões depende

o acesso das populações às vias do progresso.

Ao contrário do que a crise dos anos setenta parecia pronunciar, o campo de actividades ligado à geologia está hoje mais alargado que nunca. De facto, assiste-se a uma retoma da pesquisa de minerais metálicos e hidrocarbonetos com recurso a técnicas mais sofisticadas e com objectivos mais diversificados, e as substâncias minerais não metálicas assumem presentemente importância decisiva no mercado das matérias primas.

Acresce que, as preocupações com a qualidade de vida e meio ambiente, e as necessidades de adequado ordenamento do território vieram conferir um papel determinante, impensável de alcançar algumas décadas atrás, a muitos dos domínios do saber ligados às geociências. É o caso entre muitos outros, da hidrogeologia na identificação, exploração racional e controlo de vulnerabilidade dos aquíferos; da geotecnia, nas fundações e traçado de grandes obras; da sismicidade, vulcanismo e neotectónica, na previsão dos riscos naturais; da estratigrafia e sedimentologia no registo geológico dos últimos milénios, determinante para o controlo na poluição dos rios, lagos, oceanos, bem como na pesquisa de inertes; da geologia costeira e geologia marinha no estudo das variações da linha da costa, ordenamento do litoral e recursos submarinos diversos; na geotermia como fonte de energia, etc.

E não tardará certamente muito tempo para que a geologia venha a ser chamada a desempenhar papel mais activo noutras áreas, nomeadamente no combate à erosão e desertificação, na correcção de solos para fins agrícolas e florestais, no estudo do impacte ambiental de grandes obras, na defesa e preservação do património arquitectónico e natural, e mesmo em domínios insuspeitos de saúde pública (estudo do efeito das emanações radioactivas naturais, poluição de aquíferos e solos).

* Serviços Geológicos de Portugal, Rua da Academia das Ciências 19 - 2º, 1200 LISBOA

Esta vasta gama de aplicações práticas de geologia foi, desde há algumas décadas, reconhecida nos países mais desenvolvidos. Pode mesmo dizer-se que, em países como a Itália, França, Estados Unidos, Grã-Bretanha, grande parte dos geólogos exerce a sua actividade profissional nestes domínios, tanto em organismos governamentais, como em autarquias locais e empresas. Em Portugal, estamos ainda longe de atingir índices de ocupação profissional satisfatórios, nestes ramos de actividade.

Em 1987, a APG lançou um inquérito junto das autarquias locais do País no sentido de auscultar qual a sua sensibilidade para o assunto. Do conjunto de respostas obtidas, só cerca de duas dezenas de autarquias consideraram ser necessário obter o concurso dos geólogos. No último Congresso do Alentejo, realizado em Elvas, tive oportunidade de alertar os presentes, mediante a apresentação de exemplos concretos, para o papel que cabe aos geólogos no planeamento e gestão de autarquias. A estas cabe hoje

acção decisiva no desenvolvimento regional e local, e para atingirem este objectivo terão de estar apetrechadas com os dados técnicos adequados que fundamentem melhor as suas decisões. Problemas como o abastecimento de água às populações e controlo da sua qualidade, construção de estradas e caminhos, localização de lixeiras e cemitérios, fiscalização e impacte ambiental de obras de engenharia e pedreiras, protecção e defesa do património arquitectónico e natural, são, sem dúvida, de mais fácil solução se contarem com a colaboração dos geólogos.

Nesta linha de pensamento, a actual Direcção da APG tenciona organizar um colóquio sobre "A Geologia no planeamento e gestão autárquica", para a realização da qual conta já com a disponibilidade e interesse de algumas câmaras municipais. É esta uma acção de grande importância de que, estamos certos, resultarão benefícios concretos, a curto prazo, para o desenvolvimento regional e local. Para que tal se consiga é necessária a colaboração de todos os colegas, e

O ACTO ÚNICO EUROPEU: CONSEQUÊNCIAS PARA A COMUNIDADE GEOLÓGICA NACIONAL

A APG levou a efeito no dia 22 de Setembro de 1989, um debate sob o tema "O Acto Único Europeu: consequências para a comunidade geológica nacional". A introdução ao debate sobre o Ensino da Geologia foi feita pelo colega M. Oliveira da Silva, e sobre os Assuntos Profissionais pelo colega Martins de Carvalho e pelo Dr. Afonso Costa, assessor do Ministério da Educação. Das intervenções havidas resultaram as seguintes conclusões:

ENSINO DA GEOLOGIA

- Em relação ao Ensino Secundário, não há informação disponível que deixe antever alguma influência em conteúdos programáticos ou na formação de profissionais do ensino. A APG deverá lutar pelo alargamento do tempo de escolaridade dedicado às geociências, e pela obrigatoriedade do ensino destas ser feito por licenciados em geologia ou licenciaturas afins.
- A nível do Ensino Superior há condições, para que a formação universitária possa ser mais próxima nos diferentes países membros, visto que as facilidades de circulação de estudantes e de docentes através da associação entre

Universidades (PIC), apoiadas por programas comunitários, permite que a licenciatura de profissionais da geologia se complete em vários países. A circulação de estudantes faz-se nomeadamente através do programa ERASMUS de que já existem algumas experiências em Portugal.

- A mobilidade de investigadores é facilitada nos vários programas comunitários de investigação nos quais estão obrigatoriamente associados vários países, quer através dos centros de investigação, quer através de sectores empresariais com os seus quadros técnicos.
- A qualificação profissional e aceitação no mercado de trabalho deverá fazer-se com base num perfil que terá um mínimo de escolaridade universitária de 3 anos, segundo directiva da CEE.
- A actual formação universitária não responde às exigências do mercado do emprego. Daí a necessidade urgente de se adaptarem os currícula às novas realidades, o que implica o alargamento do tempo de escolaridade (5 anos), de modo a fazer-se face à pequena dimensão e

especificidade do mercado de trabalho, em Portugal, e à concorrência estrangeira que se avizinha.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

- Dos actuais sócios da APG, a principal característica que lhes é comum é a de serem licenciados em cursos de área das Ciências Geológicas. Será isto suficiente para que todos sejam considerados como geólogos?
- Os geólogos profissionais actuais revelam falta de capacidade para trabalhos de grupo, e estão mal preparados nos domínios da gestão, economia, marketing e sociologia, o que torna difícil a sua ascensão a cargos de chefia, nomeadamente nas empresas. Em contrapartida, têm boa capacidade de raciocínio no espaço e no tempo, visão integradora da natureza e sentido do terreno, qualidades estas que são importantes em tempos de preocupação ecológica e de ambiente. A perspectiva egocêntrica e algo romântica da profissão, que muitos manifestam, é ótima como auto-estímulo, mas pode revelar-se perigosa para o grupo sócio-profissional em que se inserem.
- A APG na qualidade de representante da classe profissional dos geólogos, funciona mal, em grande parte por culpa própria (estatutos desactualizados, cotizações baixas e nem sempre em dia, pouca participação dos sócios, etc). Daqui resultam dificuldades em se impor junto dos poderes constituídos, e na Sociedade em geral.
- A adesão à CEE está já criando grande impacto na Sociedade Portuguesa, e vai continuar a fazê-lo. Face à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, os geólogos irão enfrentar algumas dificuldades, provavelmente de concorrência, mas colherão também benefícios, nomeadamente troca de informação técnico-científica e acesso a fundos comunitários.
- Perante o quadro acima esboçado é urgente redefinir o perfil do geólogo, tanto no âmbito europeu (o que está a ser feito pela Federação Europeia de Geólogos), como a nível nacional. Neste último caso é fundamental o papel que cabe à Universidade na preparação de licenciados que satisfaçam as necessidades do mercado e da investigação. Torna-se ainda importante a aquisição de formação profissional permanente, através de acções conjugadas entre a APG e outros organismos. Neste contexto, torna-se premente a modificação dos estatutos, adaptando-os às novas realidades e aos desafios do futuro, tendo como objectivo dinamizar a actuação sócio-profissional.
- É intenção da CEE facilitar a livre circulação de cidadãos, pelo que as questões de regulamentação das profissões não devem dificultar esse direito.
- Mais do que a harmonização de diplomas e regulamentação das profissões, o que irá ser importante é a protecção e uso do título profissional. Daí a vantagem de haver organismos profissionais nacionais reconhecidos a nível governamental (ordens, associações), que possam encarregar-se dessa tarefa.
- Para as profissões que requeiram grau académico de nível superior, é exigida a formação mínima de três anos.
- As organizações nacionais a quem é reconhecida a protecção e uso do título profissional poderão exigir que o desempenho de actividades por profissionais de países terceiros obedeça aos requisitos que são requeridos aos profissionais nacionais. Esta exigência pode revestir a forma de exames de aptidão profissional e demonstração do bom uso da língua.
- Relativamente aos países da CEE, e no caso dos geólogos, só a Espanha e a Itália têm organismos que protegem o uso do título. Em termos práticos isto significa que os geólogos espanhóis e italianos poderão trabalhar livremente em todos os países; os geólogos dos restantes países da CEE poderão desenvolver a sua actividade profissional nos países desprovidos de Organizações de classe oficialmente reconhecidas (caso de Portugal) e para trabalharem em Espanha e Itália poderão ter de se sujeitar às formalidades referidas no ponto anterior.
- Face a esta situação torna-se claro que a defesa dos interesses dos geólogos portugueses passa claramente pela outorga, à APG, da atribuição e protecção do título de geólogo.